

VILA REAL STº ANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º10/2010

*Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, em Vila Real de Santo António, na Biblioteca Municipal, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor **Eduardo Luís Silva Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal, comigo **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, primeiro secretário, **José Domingos Teixeira Pires**, segundo secretário, e os membros eleitos, José João Calvino Corvo, António Manuel Cipriano Cabrita, Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança, Miguel Moreira da Costa, Sandra Cristina Carvalho Madeira, Maria de Lurdes Lopes Faria, Messias José Fernandes Carvalho, Fernando Eduardo Carrapiço Martins Serina, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, Victor Manuel Fernandes Rosa, Andreia Denise Henriques Machado, Manuel da Conceição António, José Roberto Leitão Guerreiro, Luís Miguel Guerreiro Romão, pelo P.S.D; Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro, Carina Patrícia Querido Rosado, Vítor José da Cruz Pereira, Luís Manuel da Rosa Fernandes pelo P.S. e José Estêvão Correia da Cruz, Luís Manuel Negrão Vargas pela CDU.*

Conforme Edital Convocatório de 10 de Dezembro de 2010, reuniu em sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

ABERTURA DA SESSÃO – verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

SUBSTITUIÇÕES – Pedido de substituições da bancada do PSD, Maria do Rosário Proença e Virgílio Peres foram substituídos por Andreia Denise Henriques Machado.

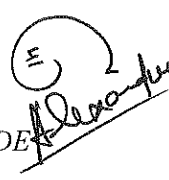
Pedido de substituições da bancada do PS o Sr. João José Baptista da Costa Ribeiro, Álvaro Palma de Araújo, substituídos por Luís Manuel da Rosa Fernandes e Carina Patrícia Querida Rosado.

Faltas: Messias José Fernandes Carvalho.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;
2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N^{os} 8 e 9/2010 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;
3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO DE GEMINAÇÃO ENTRE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E VILLE DE LA BAULLE;
4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;

- 
5. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA COBRANÇA DAS RENDAS DE CASAS DE HABITAÇÃO SOCIAL;*
 6. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE CÉRCEAS PARA TERRENO INTEGRADO NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL – FREGUESIA DE MONTE GORDO;*
 7. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALIENAÇÃO DE PRÉDIOS SITOS NA FREGUESIA DE MONTE GORDO, CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.*

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES

= O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do expediente recebido e distribuiu fotocópias de alguma documentação remetida à Assembleia Municipal.

2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA Nº 8 e 9/ 2010 DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou as actas à votação.

A acta nº8 foi aprovada por unanimidade.

A acta nº 9 foi aprovada por maioria, com duas abstenções de Carina Rosado e Carlos Lança, por não terem estado presentes na referida sessão.

**3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO DE GEMINAÇÃO ENTRE VILA
REAL DE SANTO ANTÓNIO E VILLE DE LA BAULLE;**

Não houve qualquer intervenção dos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente colocou a proposta a votação.

=A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

**4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA REESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DO
MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;**

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: José Cruz, Luís Fernandes e o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. Deputado José Cruz interveio para fazer a seguinte pergunta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: Normalmente estes processos vêm acompanhados de um parecer do Sindicato, por isso pergunto se já não é necessário? Ou está em anexo!

O Sr. Deputado Luís Fernandes disse que era da opinião que junto à documentação entregue deveria vir um organograma da reestruturação efectuada, pelo que solicitava que numa próxima Sessão esse documento fosse entregue.

O Sr. Presidente da Câmara interveio para responder às questões. Disse que a lei não obriga a junção de qualquer documentação sindical. Esta reorganização foi no quadro da nova lei, que nos obriga a fazer uma reestruturação do quadro da Câmara Municipal. Para já não nos obriga à definição do organograma, na altura que forem implementadas, aii sim terá de o fazer e daremos conhecimento à Assembleia Municipal.

A. Oliveira

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal, foi aprovada por maioria

Com:

17 votos favoráveis do PSD

4 votos favoráveis do PS

2 abstenções da bancada da CDU.

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA COBRANÇA DAS RENDAS DE CASAS DE HABITAÇÃO SOCIAL;

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: O Sr. Luís Fernandes, Sr. José Cruz e a Sr^a Vereadora Sílvia Madeira.

O Sr. Deputado Luís Fernandes disse que embora a documentação seja muito vaga, gostaria de saber o número e os valores da dívida, visto ter conhecimento que esta é de um valor muito elevado. Também gostaria de saber quantos agregados familiares se encontram no desemprego? Qual a situação? Visto ser uma situação que se arrasta desde os anos noventa, gostaria ainda de saber se esta situação é recorrente, ou é carência? Qual o motivo desta fraca adesão por parte dos arrendatários, visto haver grande interesse por parte da Autarquia em resolver este problema. Também gostaria de saber se depois de fazer a consulta individual a cada arrendatário, o procedimento a ter, é conforme com o que está na documentação?

O Sr. Deputado José Cruz, solicitou um pedido de esclarecimento. Aqui na documentação fala-se em rendas, e depois, fala-se em valor de aquisição... Logo gostava de saber se isto são dívidas de arrendamento, ou habitações adquiridas à Câmara Municipal?

A Sr^a Vereadora Sílvia Madeira prestou esclarecimentos às questões solicitadas. A Vereadora disse que o valor da dívida ascende aos 150 mil euros. Se a dívida é recorrente ou carência, está a ser avaliada com o processo individual que estamos a fazer com a, entrega da documentação individual feita por cada família. A frac adesão por parte dos arrendatários deve-se ao desconhecimento dos arrendatários. O plano de pagamento vai ser acordado com as famílias e as secções competentes da Câmara Municipal. Tendo em conta a taxa de esforço das famílias. Este valor é o valor das rendas e não o valor de aquisição. O seja, isto é, o valor patrimonial de cada fogo é o valor que se encontra registado.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

=A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

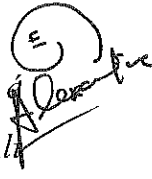
6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE CÉRCEAS PARA TERRENO INTEGRADO NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL – FREGUESIA DE MONTE GORDO;

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: O Sr. Luís Fernandes, o Sr. Miguel Costa e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. Deputado Luís Fernandes disse que já está enquadrado no Plano Director Municipal fazer um plano de Cérceas neste espaço, aquilo que me parece e pergunto ao Sr. Presidente de Câmara é se acha justificado um plano de Cérceas com esta volumetria?... Tendo em atenção que um pouco mais a poente embargou uma obra com menos volumetria que esta. Tendo em conta que também não está toda a documentação fundamentada...!

O Sr. Deputado Miguel Costa disse que relativamente à área têm de ter em conta o enquadramento paisagístico e urbanístico. Existe ali na sua envolvência uma altimetria que também não é permitido e está lá. Houve no tempo do PS a aprovação

de uma cêrcea para os edifícios superior aquela altimetria, relativamente ao que permitido. Perante isto, julgo que estamos perante uma situação de ilegalidade. Ali existe um aproveitamento, assim vai valorizar um terreno que é do município.

A. D. O. F. U.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal prestou os esclarecimentos devidos sobre a construção que se irá realizar naquele espaço.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

=A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com:

17 votos favoráveis do PSD

4 votos contra da bancada da PS

2 votos contra da bancada da CDU.

7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALIENAÇÃO DE PRÉDIOS SITOS NA FREGUESIA DE MONTE GORDO, CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: José Cruz, Luís Fernandes, Carina Rosado, António Cabrita, Maria Luísa Currito, Miguel Costa e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

A bancada do PS apresentou uma proposta à mesa da Assembleia Municipal para retirar o ponto.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal prestou esclarecimentos sobre e-mail recebido na Assembleia Municipal respeitante a este ponto. Leu o parecer jurídico prestado pelos Serviços Jurídico da Câmara Municipal sobre o mesmo assunto.

O Sr. José Cruz solicitou os documentos emitidos pelo tribunal , assim como todos os outros que certifiquem que os terrenos em causa não são os mesmos.

ⓔ
A. Desante

O Sr. Deputado Luís Fernandes apresentou à mesa da Assembleia Municipal uma proposta para que o ponto fosse retirado e fosse apresentado numa próxima sessão.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

A proposta não foi aceite.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu o Sr. Deputado e mostrou documentação para confirmar que o terreno sobre o qual tinham enviado o e-mail à Assembleia Municipal não era o mesmo. Tratava-se de outro terreno adjacente a este que é propriedade da Câmara Municipal.

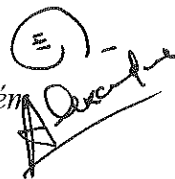
A Sr^a Deputada Carina Rosado disse que tinha ficado um pouco confusa sobre a situação e pouco esclarecida com a intervenção prestada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Se assim não fosse porque razão teriam chegado aos Srs. Deputados os acórdãos do Tribunal. Para poder verificar melhor e estudar estes acórdãos, gostaria que este assunto viesse numa próxima Assembleia.

O Sr. António Cabrita disse que se sentia bastante esclarecido com a documentação recebida assim como, com os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Disse que o Partido Socialista vota sempre contra as propostas que sejam para desenvolvimento da nossa terra, e do nosso concelho.

O Sr. Deputado Miguel Costa disse que a Dr^a que fez e encaminhou este e-mail deveria pedir desculpas formais, pelo facto de se tratar de um engano e não ser referente ao terreno em causa e ter levantado suspeitas e tratar-se de outro terreno.

O Sr. Deputado Luís Fernandes referiu que todos nós sabemos as dificuldades da Autarquia. Após ter lido alguns pontos ainda disse que a Câmara já vende e compra terrenos, o que significa que é uma imobiliária. E o que não nos parece correcto é que o uso destas, sejam para segunda habitação. Este terreno vai a hasta pública por 8

milhões e meio e está aqui uma avaliação de 10 milhões 450 mil Euros, o que também me parece que a Câmara está a perder dinheiro.



O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que se alguém pensa na inocência da entrega destes documentos no dia Assembleia engana-se...! Assim como o e-mail da Advogada também não acontece por acaso?

Nós todos sabemos que estamos na época Natalícia, mas cada um de nós já não tem idade para acreditar no Pai Natal.

A Sr.ª Maria Luísa Currito disse: “ Eu não compreendo a posição tomada por alguns dos membros da bancada PSD, se algumas dúvidas se levantaram sobre a posse do terreno é legítimo, que se levantem questões.

E não posso estar de acordo com tudo o que o deputado Miguel Costa disse porque já havia desenvolvimento no concelho antes de o senhor chegar. o PS também quer o desenvolvimento do concelho”

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez a seguinte Declaração de voto:

O Sr. Deputado Luís Fernandes entregou uma proposta em que alegava inexistência de esclarecimentos. Segundo a sua declaração de voto parece que está bastante esclarecido.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal, foi aprovada por maioria.

Com:

17 votos favoráveis do PSD

4 votos contra da bancada da PS

2 votos contra da bancada da CDU.

A bancada do PSD apresentou declaração de voto.

A bancada do PS apresentou declaração de voto.

Período de intervenção do público

Não houve intervenções do público.

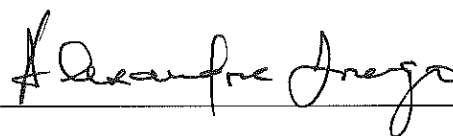
E de tudo, para constar, se lavrou esta acta sob forma de minuta, que foi submetida a votação, e aprovada por unanimidade, que refere ao texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta.

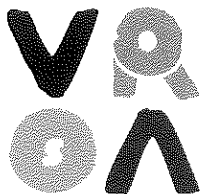
Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas e 47 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário







VILAREALSTºANTONIO

Assembleia Municipal

Eduardo Luis Silva Pereira, Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, nos termos do artigo 9º da Lei 33/98 de 18 de Julho, confere posse aos seguintes membros do Municipal de Segurança:

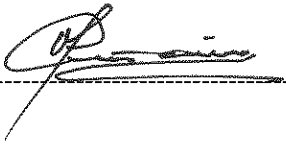
Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

O Vereador do Pelouro em substituição do Presidente da Câmara

Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

Presidente da Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António

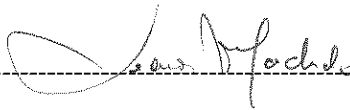
Presidente da Junta de Freguesia de Monte Gordo



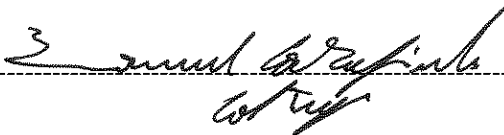
Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela



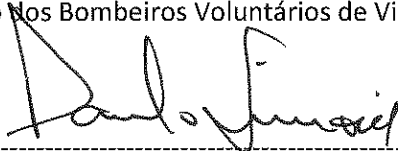
Representante do Ministério Público da Comarca de Vila Real de Santo António



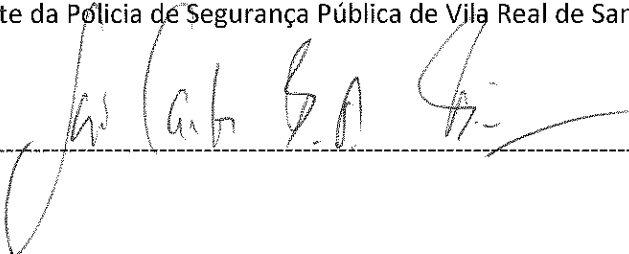
Comandante do Posto da Guarda Nacional Republicana de Vila Real de Santo António



Comandante do Corpo dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António



Comandante da Polícia de Segurança Pública de Vila Real de Santo António



Representante do Projecto VIDA

201

Autoridade de Saúde Concelhia

Sogre Duarte

Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de
Escolas de Vila Real de Santo António

Representante da Segurança Social em Vila Real de Santo António

Paulo Lfz

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real de Santo António

Paulo Afonso

Representante das Associações Económicas

João Zélio T. Azeite

Representantes das Associações Sindicais



PARTIDO SOCIALISTA

SECÇÃO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Partido Socialista votou contra a proposta de alienação dos prédios objecto da presente proposta com a seguinte motivação:

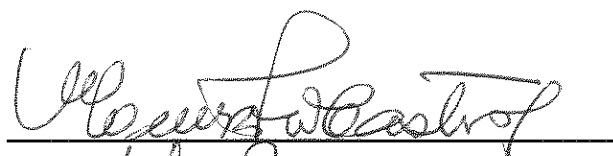
- Ainda que, face às dificuldades económicas vividas pela Autarquia de Vila Real de Santo António fruto de uma política despesista do executivo do PSD, se ter tornado inevitável o recurso à alienação de património municipal, não se afigura correcto o procedimento de alienação de imóveis a retalho e, em função das dificuldades de tesouraria.
- Em particular no que respeita ao Prédio Urbano nº 1994/2010 de Registo Predial, com área de 5279,70 m², sito na freguesia de Monte Gordo, entendemos que a classificação do uso do mesmo para habitação e comércio não se afirma prioritário na medida em que apenas fomentará o aumento de 2ª habitação e não potenciará a médio e longo prazo o crescimento económico sustentável do concelho e da Freguesia em questão. Basta vermos o número de habitações desabitadas que já existem e o encerramento consecutivo de algumas unidades comerciais já existentes.
- Por outro lado, não podemos ignorar de todo, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça datado de 25-06-2009 (informação sonegada ao executivo da Câmara Municipal

aquando da apresentação da proposta em causa em reunião de Câmara) que, considerando que a parcela de terreno em causa foi doada com um fim específico, obriga a que a Câmara faça cumprir o destino inicialmente previsto pelos doadores: “Construção de um parque de repouso ou recreio para uso dos frequentadores da instância balnear de Monte Gordo”, lavrado na respectiva escritura de doação e que, a não ser cumprida, invoca o direito de restituição do mesmo aos seus doadores, segundo o acórdão supra-citado.

- Da mesma forma que não podemos ignorar a acção executiva a interpor pelos doadores dos terrenos para execução da sentença condenatória judicial atrás descrita, no sentido da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António fazer cumprir o objecto da doação, facto que, a ser ignorado, poderá acarretar graves consequências legais e financeiras para o Município de Vila Real de Santo António.


Vivemos num Estado de Direito pelo que o PS deplora que a Câmara Municipal, presidida por Luís Gomes, não honre as decisões proferidas por Tribunais Superiores.

Vila Real de Santo António, 20 de Dezembro de 2010.



Vítor Pereira

Luís Fernandes



Paulo

Declaração de voto

O grupo do PSD me deu uma
votação favoravelmente a proposta
de alteração, que consta do ponto
7 do porque a reunião da
mesma reunião não poderia ser
o desenvolvimento da

Concluir.

mesa, 20/12/2010

Deputado
PSD
[Signature]

[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]